

Publicação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - ano XII - nº 63 - Mai / Jun / Jul 2007

Habeas data

Especial

TRF 18 anos • 1989-2007

A MAIORIDADE DE UMA CORTE

Edição comemorativa



**Encarte: Nova gestão do
Tribunal toma posse**

Presidente
Desembargador federal CASTRO AGUIAR
Vice-Presidente
Desembargador federal FERNANDO MARQUES
Corregedor-Geral
Desembargador federal SERGIO FELTRIN
Diretor Geral
Luiz Carlos Carneiro da Paixão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Assessora de Comunicação Social
Ana Sofia Brito Gonçalves
Redação
André Camodego e Marcelo Ferraz
Editoração
Divisão de Produção Gráfica e Editorial - DIGRA/SED
Projeto Gráfico
Renata Moller e Renata Chabelai (DIGRA/SED)
Revisão
André Camodego

Para ler a versão eletrônica do Habeas Data visite o site: www.trf2.gov.br

Bibliotas



18 anos. O já nem tão novo Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406 de 2002, em seu artigo 5º, fixou a maioria civil nessa idade, igualando-a à maioria penal, nos termos do artigo 27 do Código Penal.

O TRF da 2ª Região fez, em 30 de março de 2007, essa importante passagem simbólica, trazendo em seus anais decisões judiciais de significativa repercussão na sociedade, na economia e na própria história recente do país. Esta edição especial da revista Habeas Data fala sobre a história do TRF, a sua evolução, a criação e implantação de projetos que melhoram a prestação jurisdicional, a interiorização da 2ª Região e as iniciativas voltadas para a valorização dos servidores. Trata-se de um compêndio do livro "A Maioridade de uma Corte", lançado no dia 15 de março. A obra foi elaborada pela Assessoria de Comunicação Social do TRF (ACOS). ■

Os Desembargadores da Corte

ATIVOS

Abel Fernandes Gomes
Alberto Nogueira
André Ricardo Cruz Fontes
Antônio Cruz Netto
Antonio Ivan Athié
Arnaldo Esteves Lima (empossado, em 19/08/2004, ministro do STJ)
Benedito Gonçalves
Fernando José Marques
Francisco José Pires e Albuquerque Pizzolante
Frederico José Leite Gueiros
Joaquim Antônio Castro Aguiar
José Eduardo Carreira Alvim
José Ricardo de Siqueira Regueira
Julieta Lídia Machado Cunha Lunz
Liliane do Espírito Santo Roriz de Almeida
Luiz Antônio Soares
Maria Helena Cisne
Messod Azulay Neto
Paulo César Moraes Espírito Santo
Paulo Freitas Barata
Poul Erik Dyrlund
Raldênio Bonifácio Costa
Rogério Vieira de Carvalho
Roy Reis Friede
Sérgio Feltrin Corrêa
Sergio Schwaitzer
Tania de Melo Bastos Heine
Vera Lúcia Lima

INATIVOS

Agustinho Fernandes Dias da Silva
André José Kozlowski
Célia Georgakópoulos
Clélio Erthal
Henry Bianor Chalu Barbosa
Ney Magno Valadares
Ney Moreira da Fonseca
Romario Rangel
Sergio D'Andréa Ferreira
Silvério Luiz Nery Cabral
Tanyra Vargas de Almeida Magalhães
Valmir Martins Peçanha

IN MEMORIAN

Celso Gabriel de Rezende Passos
Marilena Soares Reis Franco



Os Primeiros Passos

"Aos trinta dias do mês de março do ano de 1989, às dezesseis horas, na Sala de Sessões do prédio localizado na Rua Acre, nº 80, nesta cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, sob a presidência do Exmo. Sr. Ministro Armando Leite Rollemberg, 1º decano, representando o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Federal de Recursos, Ministro Evandro Gueiros Leite..."

O trecho acima está registrado na ata da solenidade de instalação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e posse dos juízes nomeados para sua composição inicial.

À concorrida solenidade de posse no TRF dos 14 primeiros desembargadores federais da Corte da 2ª Região, nomeados pelo então presidente da República José Sarney, estiveram presentes várias autoridades, entre elas o prefeito do Rio de Janeiro à época, Marcello Alencar.

Na verdade, naquela data somente a sala do Plenário estava pronta e até o 3º andar o prédio encontrava-se em obras. No primeiro relatório de atividades elaborado pela Presidência do Tribunal, o recém-empossado presidente desembargador federal Romário Rangel escreveu: *"Não tínhamos nem mesas ou cadeiras, nem papel ou máquina de escrever. Faltava tudo. Éramos órfãos"*. Era este o panorama da instalação do TRF. Os primeiros dias de trabalho foram turbilhonantes.

Era preciso requisitar funcionários, pedir por empréstimo até material de escritório...e assim foram sendo criadas as secretarias e setores do TRF.

Dois anos depois, com toda a estrutura já montada, a gestão seguinte recebeu um tribunal pronto, plenamente operante. Na primeira sessão extraordinária do Plenário, o presidente dirigiu-se aos outros magistrados: *"O destino nos reuniu para concretizarmos uma idéia. De nós depende o futuro deste Tribunal"*. ■



O que Éramos, o que Somos



Fotos: Acervo TRF

Em 18 anos, o TRF cresceu de forma gradativa jurídica e fisicamente. Quadro de pessoal, volume de processos, volume de precatórios e ampliação de instalações são fatores que, analisados, representam esse crescimento.

Ao final do primeiro ano, o Tribunal contava 12.391 processos distribuídos, 625 servidores, 632 precatórios apresentados e estava localizado em um prédio sede. Ao terminar o ano de 2006, o Tribunal registrou 37.963 processos distribuídos, 85.762 precatórios apresentados durante o ano e seu quadro de pessoal era de 1.173 servidores. Foram criadas mais cinco turmas (eram três turmas na composição original) e o número de desembargadores subiu de 14 para 27. E ainda, o Tribunal ocupa agora uma área que abrange três prédios, com a construção de dois anexos ao prédio sede. Esses dados revelam que o público em geral recorre mais ao Poder Judiciário atualmente, confia mais nele. O fato de o acesso à Justiça Federal ter sido facilitado pela criação de tribunais regionais, tornou a Justiça mais próxima do jurisdicionado.

A Nossa Casa

O TRF da 2ª Região foi instalado nas dependências do antigo prédio do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Desse modo, o Tribunal iniciou suas atividades jurisdicionais ao mesmo tempo em que se instalava em acomodações inapropriadas para a atividade judicante, sendo necessária a realização de diversas obras de adaptação para viabilizar minimamente o seu funcionamento. Mas desde logo o crescimento da demanda jurisdicional exigiu o crescimento do quadro de magistrados e servidores. Foram então desapropriados cinco pequenos prédios vizinhos à sede da Corte para viabilizar a ampliação física do Tribunal, com a construção de prédios anexos.

Prédio Inteligente

A ampliação do prédio utilizou a concepção de prédios inteligentes, com a implantação de um sistema de automação predial, que tem como objetivo minimizar os custos de funcionamento do complexo predial. O sistema permite melhor controle e manutenção de todos os sistemas do edifício, desde as redes hidráulica e elétrica até o funcionamento dos elevadores e dispositivos de combate a incêndio.

A construção de uma subestação elétrica, em funcionamento desde 1996, evita o aumento substancial do gasto com energia elétrica, permitindo a tarifação da energia em alta tensão, cujo custo é muito menor. ■

Construção do Plenário



A Justiça mais Próxima do Cidadão

A experiência de 18 anos de prestação de serviços jurisdicionais permitiu às sucessivas gestões do TRF da 2ª Região concluir que não basta julgar muito e bem, acelerar a produção e desenvolver, entre magistrados e servidores, uma grande capacidade técnica, bem como perseguir o ideal de eqüidade e correção das decisões judiciais. É preciso, antes, tornar o Judiciário acessível a todos os cidadãos, principalmente os que vivem em regiões carentes e distantes dos grandes centros urbanos, nos quais o Poder Público se mostra pouco presente. Também é preciso criar canais de comunicação com a população, de modo a facilitar seu acesso às informações sobre direitos assegurados pela lei e a desenvolver nela a capacidade e a motivação para pleiteá-los em juízo, o que última análise, significa instrumentar o cidadão, principalmente o hipossuficiente, para participar ativamente da vida em sociedade e para exercer plenamente sua cidadania. Com isso, o TRF da 2ª Região tem empreendido vários projetos e medidas para se aproximar do jurisdicionado e para estabelecer entre a instituição e ele caminhos de diálogo e de disseminação de informações.

Fórum Especializado - A Seção Judiciária do Rio de Janeiro concentra em um só local todas as varas especializadas em matéria criminal, previdenciária e as de execução fiscal. O Fórum Especializado, inaugurado em abril de 1999 e localizado na avenida Venezuela, 143, centro do Rio, ocupa 24 mil m², onde funcionam quatro varas previdenciárias, oito criminais e mais oito varas especializadas em execução fiscal. Além disso, o conjunto abriga os nove juizados especiais federais da capital fluminense.

Juizados Especiais Federais - Instalados no dia 14 de janeiro de 2002, os juizados especiais federais (JEF) da 2ª Região nasceram com a expectativa de mitigar a morosidade do Judiciário, o problema mais pontuado pelos seus críticos. Desafogando as varas federais comuns da grande massa de causas cujo valor não ultrapasse 60 salários mínimos, e que representam mais de 80% do total de ações propostas na Justiça Federal, os juizados foram uma revolução nos procedimentos e na dinâmica do processo, com a previsão da solução dos conflitos em no máximo seis meses e a dispensa do precatório no pagamento das dívidas.

Hoje a 2ª Região conta com 26 JEF, sem contar que, nas cidades onde não há ainda juizados autônomos, as varas federais existentes funcionam como juizados adjuntos, julgando os processos que se enquadram na Lei nº 10.259/2001 pelos ritos dos JEF. Em números, só no primeiro semestre de 2006 os juizados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo somados tiveram 127.625 processos distribuídos e 136.002 julgados.

Interiorização - Uma prioridade para as sucessivas administrações do TRF 2ª Região é a instalação de juizados especiais federais e varas federais no interior dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, levando a Justiça para mais perto da população carente e que, normalmente, tem menos acesso aos serviços oferecidos pelo Poder Público.

Mas a par da evidente vantagem para os jurisdicionados, que não precisam mais se deslocar até as capitais para dispor dos serviços da Justiça Federal, os cofres públicos também ganham, ►

Inauguração
do fórum
especializado
na capital
fluminense
Foto: Acervo TRF





Foto: Adriana Dutra

*Inauguração da
Justiça Federal em
Nova Iguaçu/RJ*

na medida em que, nas localidades em que funcionam as novas varas federais os processos de execução fiscal em favor da União podem ser julgados mais rapidamente e as dívidas podem ser cobradas de forma mais eficiente.

TRF da 2ª Região se Especializa - O TRF da 2ª Região decidiu especializar suas turmas. A partir de 1º de fevereiro de 2005, o Tribunal passou a funcionar com oito turmas, com três magistrados em cada uma. A principal vantagem angariada com a nova estrutura é que os julgadores que atuam em uma turma especializada têm a possibilidade de se aprofundar e de se atualizar mais em relação à matéria de competência da turma que ele integra: o juiz passa a ter uma afinidade maior com a matéria, pode fazer pesquisas mais refinadas sobre o tema, conhecendo sempre a última jurisprudência, a mais atual que trate das suas causas. Quem ganha com isso é o jurisdicionado, que tem sua ação julgada mais depressa.

Juízados Especiais Federais Eletrônicos - Desde setembro de 2004, funcionam no município de São Gonçalo (grande Rio) dois juizados especiais federais eletrônicos. Foram os primeiros nesse formato de unidade da Justiça Federal em que todas as peças processuais, da petição inicial à sentença, são

digitalizadas e ficam disponíveis para consulta imediatamente na página da Justiça Federal na internet (www.jfrj.gov.br), o que elimina o processo em papel, simplifica os procedimentos e - por isso mesmo - garante agilidade para os jurisdicionados e economia para os cofres públicos.

Em 2005, o município de Duque de Caxias (baixada fluminense) também ganhou JEF eletrônicos: são três, inaugurados no dia 5 de abril. No dia 19 de abril de 2006, dois JEF eletrônicos foram instalados na maior cidade da baixada fluminense, Nova Iguaçu. ■



5ª Turma Especializada

Foto: André Camodego

A Busca pela Prestação Jurisdicional Rápida e Eficaz

Criatividade, iniciativa, compromisso, senso claro de que se ao serviço público em geral cabe executar as obrigações do Estado na satisfação das necessidades essenciais de toda a sociedade, ao Judiciário se apresenta uma missão particularmente desafiadora e estimulante, por estar incumbido de fazer entregar o bem da vida pleiteado e devido a cada um que a ele recorre. Sob o patrocínio e o incentivo das suas sucessivas administrações, o TRF da 2ª Região sempre estimulou suas equipes técnicas a desenvolver novos sistemas e procedimentos que tornem a prestação jurisdicional mais célere e eficiente.

A Informatização da Corte

O primeiro grande serviço automatizado criado para proporcionar mais conforto a advogados e partes começou a operar em 1990, quando o TRF instalou um serviço de informações via BBS, para consultas processuais.

Em 28 de janeiro de 1998 o TRF "estреou" na rede mundial de computadores, ao lançar sua página na Internet. Atualmente, os cerca de 200 mil internautas que acessam mensalmente o sítio www.trf2.gov.br, de qualquer lugar do planeta, têm acesso a consultas processuais e ao acompanhamento automático por *e-mail*, o qual permite que o interessado receba mensagens eletrônicas com os andamentos e decisões dos processos em tramitação na Corte. Também é possível acessar informações institucionais sobre o Tribunal e sobre os concursos em andamento, bem como realizar pesquisas de jurisprudência *on line*. A respeito

da jurisprudência, vale lembrar que a página do TRF disponibiliza um serviço de consultas por verbete à base de inteiro teor de julgados da Corte, um serviço que permanece exclusivo do TRF da 2ª Região. A página também conta com um espaço jornalístico, abastecido diariamente com novas matérias - foram 721 só em 2006.



Foto: Acervo TRF

Intimação pela Internet

Em janeiro de 2004, o TRF da 2ª Região inaugurou o sistema de auto-intimação eletrônica, que permite aos advogados utilizar a internet para tomar ciência, oficialmente, dos despachos e decisões proferidos pelos juízes federais nos processos. O sistema garante uma economia expressiva de tempo e dinheiro, tanto para os advogados quanto para a própria Justiça Federal.

Precatório Eletrônico: Inovação Tecnológica à Serviço da Celeridade no Pagamento dos Requisitórios

O sistema de precatórios eletrônicos do TRF começou a funcionar em outubro de 2002 e foi eleito por especialistas convocados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) como a mais relevante inovação tecnológica da Justiça Federal daquele ano, por tratar de um problema crônico comum aos cin-

co Tribunais Regionais Federais. O procedimento consiste em um sistema informatizado que interliga o TRF às Seções Judiciárias fluminense e capixaba, eliminando até mesmo o risco de fraudes, uma vez que a transmissão de dados funciona em rede fechada da Justiça Federal. Ou seja, todo o processamento das dívidas judiciais passou a ser *on line* e a lentidão causada pela necessidade de produzir um grande volume de documentos - ofícios, cópias das peças processuais, despachos, publicações e certidões - tornou-se uma lembrança pouco saudosa para as varas federais e setores do TRF responsáveis pela recepção, controle e pagamento dos precatórios. Em março de 2007 o TRF sediado no Rio creditou um total de R\$ 293.410.805,63 referentes a precatórios, beneficiando 4.091 cidadãos fluminenses e capixabas. ►

Interatividade com o Usuário

O TRF, de forma pioneira, lançou em 2006 seu portal de estatísticas. A ferramenta, que já está operando na intranet, em breve será disponibilizada na página do Tribunal na internet. Além disso, desde 2007, o sistema foi ampliado para a intranet das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Grosso modo, trata-se de uma tabela dinâmica que pode ser preenchida com inúmeros itens de pesquisa. Com ele o usuário pode montar rápida e livremente inúmeros relatórios diferentes, com quaisquer variáveis que desejar, cruzando informações, incluindo ou excluindo itens como entradas e saídas de processos, saldos de causas em tramitação e fases processuais.

Edição de Súmulas - Segurança e Agilidade na Prestação Jurisdicional

Desde sua criação, em 1989, o TRF da 2ª Região aposta na edição de súmulas para corporificar um banco de dados sobre o entendimento jurisprudencial das instâncias recursais em um dado momento e servir como balize que sinaliza para os advogados, procuradores e juizes de 1º grau sobre o tratamento adotado pelo Tribunal em relação a questões específicas, abordadas nas mais diversas ações. Mas, sobretudo, elas podem ser manejadas como instrumento para o combate à morosidade. Ao decidir com base em uma súmula, o magistrado pode decidir monocraticamente, de acordo com as disposições legais e regimentais. Desde a sua instalação, o TRF do Rio já editou 49 súmulas.

Agilização de Processos: Conciliação já e Rotina na 2ª Região

Atualmente, das demandas em curso no Brasil, uma pequena parcela (30 a 35%) é resolvida através da conciliação entre as partes. Para mudar esse quadro, o TRF da 2ª Região há algum tempo vem promovendo regularmente mutirões de conciliação e audiências coletivas entre cidadãos e os órgãos públicos que mais frequentemente são partes em processos na Justiça Federal. O foco maior desses eventos está na solução dos conflitos que se tornaram crônicos na Justiça Federal, como as questões envolvendo expurgos inflacionários do FGTS, reajustes de mensalidades da casa própria adquirida em razão do mútuo contratado junto ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e causas previdenciárias, como a concessão e manutenção de auxílios-doença, pensões e aposentadorias. Para que se tenha uma idéia do sucesso da iniciativa, no último mutirão de 2006, realizado em dezembro, para agilização de processos nos juizados especiais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, 299 causas foram solucionadas. Considerando que foram realizadas 344 audiências (312 no Rio e 32 em Vitória), o número de acordos registrou o relevante percentual de 70,6% do total. ■

Mutirão de conciliação nos JEF do Rio, em dezembro de 2006



Foto: André Camodego

Valorizando o Servidor

O TRF da 2ª Região conta com um corpo de servidores qualificado, selecionado através de concursos públicos rigorosos e constantemente reciclado e aperfeiçoado através de cursos e oficinas de treinamento que a própria Corte oferece. São mais de mil profissionais que, para as sucessivas administrações do Tribunal, sempre foram seu mais importante ativo, até porque a preocupação com o bem estar e a qualidade de vida dos servidores, o investimento nesse patrimônio vivo da instituição, é garantia de produtividade e bons serviços para o cidadão e para o advogado que buscam a Justiça no TRF.

Programa de Capacitação de Recursos Humanos: ao longo de cada ano o TRF oferece aos servidores a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos através de treinamentos/ cursos e eventos especiais ministrados por funcionários da própria Corte que tenham formação nas áreas de interesse ou por professores e escolas contratados pelo Tribunal.

Atendimento Médico e Odontológico:

Considerando a saúde como bem-estar físico, psíquico e social, o TRF conta com médicos e dentistas em seu quadro para atender servidores, magistrados, terceirizados e estagiários durante o expediente em situações de urgência. Além disso, anualmente são realizadas campanhas voltadas para a saúde e o bem-estar físico e psíquico dos colaboradores da Corte, como a campanha anual de vacinação contra o vírus *influenza*, causador da gripe. Entre os programas e benefícios permanentes, há, entre outros, o fornecimento para magistrados e servidores de medicamentos para doenças crônicas e agudas, o pagamento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte, o Plano de Assistência Pré-escolar (PAPE, que garante o reembolso parcial ou total de mensalidades escolares para filhos de servidores), o Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia (PAPSI, que visa a complementar a prestação de assistência à saúde mental de servidores e magistrados, por meio de reembolso parcial do tratamento), o Projeto de Combate ao Estresse (pelo qual são oferecidas aos integrantes da Corte diversas terapias, através dos serviços de profissionais especializados em Shiatsu, Drenagem Linfática, Auriculoterapia, Massoterapia, RPG e Pilates Solo), o Grupo de Apoio aos Fumantes (que realiza reuniões em que são fornecidas informações sobre os riscos do cigarro, os benefícios de parar e as motivações que sustentam o vício).



Foto: Acervo TRF



A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública): A Corte constituiu um grupo de trabalho, denominado "Comitê para Implantação do Programa A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública", no âmbito do Tribunal. A comissão vem trabalhando desde junho de 2006 com o propósito de elaborar projetos e difundir idéias de conscientização coletiva a fim de minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente pelas atividades operacionais e administrativas do Tribunal. Implementado inicialmente pelo Ministério do Meio Ambiente, a A3P tem três objetivos: combater o desperdício de recursos naturais e bens públicos, promover a gestão adequada de resíduos e promover a sensibilização dos servidores públicos em relação aos aspectos ambientais e de melhoria da qualidade do ambiente de trabalho. ►



Foto: Acervo TRF

Coral: Seu objetivo é realizar apresentações em eventos internos e externos, representando o Tribunal e zelando pela imagem institucional.

Semana do Servidor: Em 28 de outubro comemora-se o Dia do Servidor. No TRF, a celebração inclui uma semana de eventos e atividades que comecem com a eleição, pelos próprios colegas, dos funcionários que mais se destacaram em cada setor pela dedicação ao serviço, pelo esforço em tornar o ambiente de trabalho agradável a todos, pelas iniciativas que tenham resultado na melhoria do atendimento prestado a advogados e partes e pelo espírito de cooperação e entrosamento com os demais servidores. A homenagem é simbólica: consta de um Diploma de Honra ao Mérito e a inclusão de um elogio na ficha funcional do servidor, mas vem sendo encarada com muita satisfação pelos homenageados, que no último ano foram 69.

Ainda durante a semana do servidor, são realizadas várias atividades voltadas para as crianças do TRF, sejam filhos, sobrinhos ou netos dos servidores. A pro-

gramação conta com teatro de fantoches, aplicação de flúor nas crianças, sessões de cinema e shows de música.

Data Vênia, Eu sou Artista: Evento artístico realizado também em outubro, no bojo das comemorações do Dia do Servidor. Durante a programação, os colegas mostram que também são talentosos em áreas como pintura, dança, música e poesia. Por meio de exposições de artes plásticas e fotografia, recitais de poesias e apresentações de música e dança, os servidores-artistas têm a oportunidade de mostrar aos colegas suas habilidades fora do Tribunal.

Buttons e Certificados de Tempo de Serviço aos Servidores que Completam 10 e 15 Anos de Tribunal: A homenagem é realizada anualmente, com o objetivo de prestigiar os servidores pelos anos de dedicação à Corte. Em duas datas distintas, são agraciados com os *buttons* e certificados os funcionários que tenham completado 10 e 15 anos de serviço. ■

Uma Justiça cada vez mais Feminina

Após quarenta anos de luta, elas chegaram ao poder. Fruto da revolução feminina que explodiu na década de 1960, o papel da mulher na sociedade inclui hoje a ocupação de cargos importantes, como é o caso da magistratura. Tradicionalmente um cargo masculino, cada vez mais a toga é vestida por mulheres, fenômeno que ocorre não só no Brasil, mas pelo mundo afora.

Na Justiça Federal da 2ª Região, 79 magistradas dividem as agruras e alegrias da judicatura com 120 juízes, o que representa 40% dos cargos existentes. Mas nem só de juízas vive o Tribunal, e uma olhada no quadro de funcionários e no de cargos de direção confirma o senso comum: as mulheres chegaram ao poder! No total, hoje 55% dos servidores do TRF são mulheres, ou seja, a Corte tem 1.173 funcionários, dos quais 625 são mulheres e 548 são homens. No entanto, quando se contabiliza apenas as posições de comando a relação percentual pende bem mais em favor das mulheres: cerca de 79% das chefias de gabinete são ocupadas por elas, que também exercem aproximadamente 71% dos cargos de assessoramento e 54,5% dos cargos de direção. ■

O Desafio de Ensinar Justiça



**Escola da
Magistratura
Regional Federal
da 2ª Região**

A Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf), foi criada na Sessão Plenária de 1º de agosto de 1997 e desde então visa à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização dos Juízes Federais que atuam no Rio de Janeiro e Espírito Santo. Além disso, a Escola funciona como um elo entre a Justiça Federal e a sociedade civil, desenvolvendo estudos e pesquisas de interesse social e jurídico, atendendo também à clientela de servidores da Justiça Federal e à comunidade.

Uma nova etapa na história da Escola se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, aprovada em dezembro de 2004. O texto estabelece que a promoção de juízes para a 2ª instância deve observar, entre outros critérios, a aprovação em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento. Além disso, a EC institui como etapa obrigatória do processo

de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, a Enfam.

Por conta disso, integra a pauta da Escola uma programação variada, visando não apenas suprir as novas exigências constitucionais, mas também abrir as portas da instituição para os servidores da Justiça Federal.

A par dessa vocação para centro de excelência dedicado a juízes e funcionários, a Emarf dá destaque a eventos de interesse público, voltados para a comunidade e que focalizem assuntos referentes à questão da cidadania. O tom empregado na seleção dos temas e até dos ministrantes dos cursos é o da abrangência, da amplitude, da interdisciplinariedade, já que a atuação do juiz envolve não só o domínio técnico-teórico específico da atividade judicante, mas também demanda a formação de um arcabouço de vivência que lhe permita penetrar nas questões humanas, sociais, culturais históricas e econômicas que envolvem as causas judiciais. ■



*Café com Justiça
reúne juristas
brasileiros e
estrangeiros*



Foto: Marcelo Ferraz

O Palácio da Justiça Federal, que foi sede do Supremo Tribunal Federal (STF) durante 51 anos - de 1909 a 1960 -, foi construído no início do século 20, na então avenida Central, hoje avenida Rio Branco. Projetado por Adolpho Morales de Los Rios, prestigiado arquiteto do Rio na época, o prédio foi concebido, inicialmente para ser o Palácio Arquiepiscopal. Adquirido pelo Governo Federal, foi adaptado para servir de sede à mais alta Corte da Justiça Brasileira.

Com a mudança do STF para Brasília, em 1960, o prédio onde hoje funciona o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) foi ocupado, sucessivamente, por varas de Fazenda Pública e pela Justiça Federal. Degradado, o prédio começou a ser restaurado em 1994, graças a um convênio firmado entre o TRF da 2ª Região, a Caixa Econômica Federal e o Instituto Herbert Levy.

O resgate da história do edifício se completou em setembro de 2006, desde quando a população do Rio de Janeiro pode visitar a sala de sessões do STF tal como ela era em 1909, ano em que a Suprema Corte foi instalada no prédio da avenida Rio Branco nº 241, na então capital da República.

Atualmente, o CCJF dispõe de 14 amplas salas de exposições, teatro, biblioteca, loja e cafeteria. Além disso, em janeiro de 2007, o CCJF, em parceria com o Centro Técnico Audiovisual (CTAv), inaugurou seu cineclube, com o objetivo de difundir a produção audiovisual brasileira e estimular a formação de público para o cinema nacional.

Além disso, o Centro tem se consagrado como um espaço de promoção e reflexão da cidadania, realizando projetos de integração com a comunidade, voltados principalmente para estudantes, idosos e portadores de necessidades especiais. Entre eles, destacam-se os programas do setor Arte e Educação, como o "Mãos que Vêem", que busca a inclusão de deficientes visuais no programa de visitas orientadas do CCJF, e o "Teatro gratuito para escolas públicas", que facilita o acesso de muitas crianças que provavelmente não teriam oportunidade de entrar em contato com o universo das artes cênicas. ■

Foto: Acervo CCJF

Em 2006, os ministros do STF após 46 anos, voltaram a se reunir na histórica sala de sessões



Foto: Glória Horta

